

Isaac Kofi Medeiros

# JUDICIALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE  
E CONFLITO POLÍTICO

Prefácio de  
**Elival da Silva Ramos**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2024

Todos os direitos desta edição reservados à editora Lumen Juris  
Copyright © 2024 by Isaac Kofi Medeiros  
Categoria: Direito Constitucional e Eleitoral

Editor: João Luiz da Silva Almeida  
Produção editorial: Angel Cabeza  
Assistente editorial: Thiago Duarte  
Designer editorial: Rebecca Ramos e Thassiel Melo  
Diagramação: Rômulo Lentini  
Gerente administrativo-financeiro: Carla Sampaio  
Financeiro: Juliano de Oliveira  
Assistente financeiro: Jefferson Badaró  
Gerente comercial e logística: Arlei Rocha  
Comercial e relacionamento: Cristiano Mabilia  
Eventos: Arianna Pacheco  
E-Commerce e atendimento: Maxwell de Souza

A editora Lumen Juris Ltda. não se responsabiliza  
pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeito à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M488j

Medeiros, Isaac Kofi  
Judicialização partidária : controle de constitucionalidade e conflito político / Isaac  
Kofi Medeiros. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024.  
292 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-3078-6

1. Partidos políticos - Brasil. 2. Poder judiciário e questões políticas - Brasil. 3. Supremo Tribunal Federal (STF). 4. Legitimidade (Direito). 5. Controle de constitucionalidade.  
I. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Editora Lumen Juris  
Rua Newton Prado, 43, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20930-445  
Telefone: (21) 2580-7178 | atendimento@lumenjuris.com.br

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 Jurisdição constitucional e legitimidade de propositura .....</b>	<b>19</b>
1.1 Natureza da jurisdição constitucional .....	19
1.2 Fundamentos teóricos do constitucionalismo e do controle de constitucionalidade.....	24
1.3 Direito de oposição e legitimidade ativa.....	34
1.4 Processo objetivo e defesa da ordem constitucional .....	41
1.5 Fundamentos dogmáticos do controle principal de constitucionalidade brasileiro.....	44
1.6 Monopólio do Procurador-Geral da República.....	51
1.7 Legitimados em 1988.....	54
1.8 Análise dos debates constituintes.....	60
1.9 Fundamentos desenvolvidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF)...	70
1.10 Síntese do Capítulo I.....	75
<b>2 Partidos políticos, sistema partidário brasileiro e suas disfunções....</b>	<b>79</b>
2.1 Partidos políticos e democracia .....	79
2.2 Transição democrática, pluralismo político e regime jurídico dos partidos.....	86
2.3 Consequências do sistema eleitoral proporcional .....	93

2.4 Sistema eleitoral brasileiro.....	99
2.5 Sistema partidário brasileiro.....	106
2.6 Presidencialismo de coalizão e multipartidarismo.....	116
2.7 Síntese do capítulo II.....	124
<b>3 Controle de constitucionalidade partidário.....</b>	<b>129</b>
3.1 Judicialização da política como fenômeno político .....	129
3.2 Categorias de judicialização por partidos .....	147
3.2.1 Instrumento de oposição.....	148
3.2.2 Defesa de interesses de terceiros.....	157
3.3 Levantamento de dados próprios .....	162
3.4 Síntese do Capítulo III.....	173
<b>4 Alternativas institucionais .....</b>	<b>175</b>
4.1 Primeiras conclusões.....	175
4.1.1 Relações entre legitimidade ativa, partidos políticos e controle de constitucionalidade .....	175
4.1.2 Abordagem crítica: judicialização como instrumento de oposição .....	181
4.1.3 Abordagem crítica: judicialização como defesa de interesses de terceiros .....	201
4.2 Conclusões sistematizadas .....	215
4.3 Propostas descartadas .....	218

4.3.1 Pertinência temática.....	218
4.3.2 Cláusula de desempenho.....	219
4.4 Legitimidade ativa das minorias parlamentares .....	220
4.5 Proposta de alteração constitucional .....	230
<b>5 Conclusão .....</b>	<b>237</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>245</b>